

12 | POTÊNCIA | MATÉRIA DE CAPA  
MP 579

# Por trás da conta de luz

**Redução de encargos da conta de energia anima a indústria, mas custos ainda seguirão entre os mais altos do mundo. Paralelamente, agentes do setor elétrico demonstram preocupação com possíveis consequências da prorrogação das concessões anunciada pelo governo.**

Por Paulo Martins

A redução das contas de energia elétrica a partir de 2013 terá impacto direto no crescimento econômico do Brasil, com aumento da competitividade das empresas e ganho real no poder aquisitivo do usuário residencial. Sob este aspecto, tanto o setor produtivo quanto os representantes dos consumidores consideram positiva a intervenção do governo federal. Entretanto, todos avaliam que essa despesa continuará alta, comprometendo o pleno desenvolvimento do País.

As ações para reduzir o custo da

energia elétrica foram anunciadas no dia 11 de setembro. Uma das medidas envolve a renovação das concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica. Segundo o governo, a proposta de prorrogação das concessões é fruto do aprimoramento do marco regulatório estabelecido em 2004, que concede tratamento específico à energia elétrica considerada 'velha', ou seja, aquela gerada por usinas que já tiveram grande parte de seus ativos amortizados ou depreciados, e cujas concessões estão vencendo.

A segunda providência consiste na





**TARIFA DE DISTRIBUIDORAS ESTADUAIS**  
**CONCESSIONÁRIAS DA COBRANÇA**  
**MUNICIPAIS**  
**REDUÇÃO DO CUSTO**  
**DOS ENCARGOS**  
**FIM**  
**13**

**VAI CAIR**  
**RGR UNIAO**  
**PRIVADAS**  
**DE ENERGIA ELÉTRICA**

**3**  
**CONTRATOS**  
**VENCIMENTO DAS CONCESSÕES**

**ESTADUAIS CCC MUNICIPALIS**  
**CESSAR A ARRECADAÇÃO**

redução de encargos setoriais que incidem sobre a conta de luz. A cobrança da RGR será extinta para as distribuidoras, para os novos empreendimentos de transmissão e para as concessões prorrogadas. A cobrança da CCC será extinta e suas despesas reduzidas para os níveis eficientes de perdas. A cobrança da CDE será reduzida em aproximadamente 75%, em função do aporte anual de cerca de R\$ 3,3 bilhões por parte da União.

Com essas medidas, os consumidores residenciais terão uma redução média de 16,2% em suas contas de luz, e

as indústrias atendidas pelas distribuidoras, de até 28%. Em média, a queda será de 20,2%. A redução do custo de energia elétrica se dará, integralmente, a partir do dia 5 de fevereiro de 2013.

Cláudio Sales, presidente do Instituto Acende Brasil, reconhece que estamos diante de um momento histórico, pois, para ele, o setor elétrico sempre foi visto pelos governos como um agente arrecadador de impostos. "Ainda que em pequenas pílulas, impostos e encargos foram acrescentados à conta de luz de tal maneira que chegaram a 45% da fatura. Pela primeira

vez isso se reverte”, comenta.

Apesar da boa notícia, Sales destaca que a medida do governo abrange apenas três encargos, do total de 13 encargos e tributos que incidem na conta de energia. “Nada foi feito em termos de tributos. Considero essa redução um bom começo, mas apenas isso, porque é muito tímida, em relação a tudo que pagamos na conta de luz”, comenta.

Paulo Skaf, presidente da Fiesp (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo), avalia que a redução no custo da energia terá reflexo direto no custo de produção, incrementando a competitividade da indústria e beneficiando também os demais segmentos da sociedade. “A eletricidade mais barata terá impacto positivo em toda a economia, contribuindo para a queda da inflação e redistribuindo renda”, comenta Skaf.

Segundo estudos da Fiesp, uma conta de energia mais barata poderia injetar até R\$ 24 bilhões ao ano na economia, ou representar R\$ 720 bilhões a mais no bolso de todos os brasileiros em 30 anos, que é o tempo médio de duração das concessões.

A propósito, Skaf acredita que a campanha promovida pela Fiesp, intitulada “Energia a Preço Justo”, contribuiu fortemente para a tomada de decisão do governo. Nesse trabalho, a entidade alertava sobre a incoerência de o Brasil praticar a terceira maior tarifa de energia elétrica do mundo e indicava a necessidade de retirar a parcela já amortizada do preço de energia gerada e da transmissão.

Para Skaf, é “inaceitável” o País ter uma das contas de luz mais caras do mundo, considerando que nossa matriz energética baseia-se no sistema hidrelétrico - a forma mais barata de produzir energia.

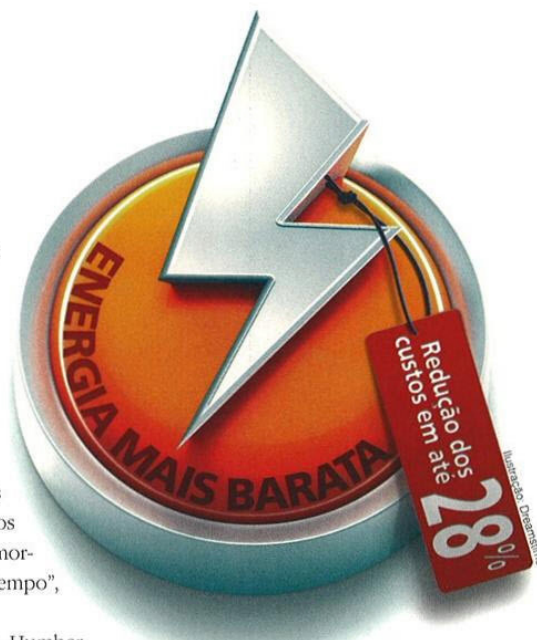
“Os brasileiros estavam bancan-

do indevidamente, todos os meses, a parcela relativa aos investimentos feitos na construção das usinas. Isso, contudo, já havia sido pago há muitos anos. Hoje, as geradoras vendem o megawatt-hora por noventa reais, mas segundo os estudos da Fiesp, pelo menos setenta reais representam amortizações já pagas há muito tempo”, revela Skaf.

O presidente da Abinee, Humberto Barbato, considerou bastante importante a redução da conta de luz, especialmente neste momento, em que a indústria brasileira vinha perdendo competitividade.

De acordo com ele, esse tipo de despesa pode pesar mais ou menos no bolso das empresas, dependendo do ramo de atividade. “No segmento eletrônico, os componentes são tão caros que mão de obra e energia acabam se tornando itens menos importantes na composição de custos. Já na indústria elétrica a participação da energia elétrica nos custos é mais significativa”, diferencia Barbato.

Apesar de reconhecer que a redução será benéfica para a indústria em geral, o presidente da Abinee revela



uma grande preocupação com o futuro dos fabricantes que compõem o setor de GTD (Geração, Transmissão e Distribuição).

O temor é de que a capacidade de investir das companhias elétricas seja comprometida por conta da redução de tarifas. “Vai baixar o faturamento dos clientes das indústrias ligadas à Abinee e isso pode, eventualmente, levar à diminuição do ritmo de investimentos”, receia Barbato.

De qualquer forma, a redução do custo da energia, aliada a medidas como a desoneração da folha de pagamento e o Plano Brasil Maior, despertou certo otimismo no setor eletroeletrônico. “Sinto que a presidente Dilma colocou de novo a indústria como uma prioridade para o Brasil, ao contrário do governo Lula, para o qual a prioridade número um eram os bancos”, compara Barbato.

Diante desse cenário, a Abinee acredita que o desempenho do setor em 2012 poderá empatar com o resultado obtido no ano passado - o que já seria considerado positivo, diante das circunstâncias. No primeiro semestre deste ano o setor registrou queda de 10% na produção. Em agosto, a queda

Considero essa redução um bom começo, mas apenas isso, porque é muito tímida.

Cláudio Sales | Instituto Acende Brasil

foi de 9,3%. Ou seja, houve uma pequena retomada no nível de atividade.

Barbato atribui essa ligeira recuperação a dois fatores: desoneração da folha de pagamento e permanência do câmbio num patamar “um pouco mais aceitável” para a indústria. “De acordo com as sondagens que fazemos com os associados, neste momento, metade deles acha que poderá haver algum crescimento no segundo semestre e metade acredita em estabilidade”, revela o dirigente.

Diante da iminente perda de receita das concessionárias, Barbato diz que a indústria que fornece para esse setor precisará aproveitar ao máximo a redução das tarifas de energia para tentar conquistar novos mercados.

“Temos que exportar. Queremos que a área de GTD e outros setores da Abinee voltem a ser superavitários, em função das medidas que foram tomadas. Eventualmente, se tivermos que propor alguma outra medida ao gover-

no, iremos propor”, promete Barbato.

Teresa Liporace, assessora de Projetos do Idec (Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor) aponta que a tarifa de energia elétrica tem um peso importante no orçamento das famílias e destaca que deverá haver algum alívio para os consumidores residenciais, caso as reduções anunciadas se concretizem. “A partir do início de 2013 o Idec orientará o consumidor a conferir em sua conta de energia elétrica a redução prometida pelo governo”, adianta.

Teresa entende que a redução decorrente da retirada de encargos da conta consiste em medida transitória, sendo que o governo poderia restituí-los a qualquer momento.

Já a renovação das concessões precisa ser mais bem discutida. Para Teresa, a negociação entre governo, Aneel e concessionárias tem de ser “muito bem acompanhada”, pois é nesse ambiente que serão efetivamente acertados os percentuais mais significativos de re-

Foto: Divulgação



Brasileiros estavam bancando indevidamente a parcela relativa aos investimentos feitos na construção das usinas.

Paulo Skaf | Fiesp

dução. “São essas reduções as mais perenes, duradouras. A redução do preço da energia elétrica deve ser projeto contínuo, com medidas estruturantes. Caso contrário, elas podem voltar a subir futuramente”, alerta.

## Setor produtivo e consumidores reclamam: contas seguem altas

Segundo Teresa Liporace, apesar da redução anunciada, a conta de energia elétrica praticada no Brasil ainda continuará entre as mais altas do mundo,



sobretudo se considerarmos que temos uma matriz energética barata e um poder de compra menor do que em muitos países semelhantes. “Nos níveis atuais, nossa tarifa média é o dobro da praticada no México”, compara.

A executiva do Idec defende a diversificação da matriz energética e a manutenção e repotenciação de hidrelétricas de pequeno e médio porte, de forma que não seja preciso recorrer à geração térmica. “Tais medidas ajudariam a tornar nossa matriz mais limpa, sem a necessidade de construção de megausinas e com possibilidades de redução das tarifas”, acredita Teresa.

Paulo Skaf concorda que a energia elétrica precisa baixar ainda mais para chegarmos próximos do patamar de

potências como China, Índia, Canadá e Estados Unidos. “Diminuir os custos melhora a competitividade, mas ainda não coloca o Brasil no mesmo nível desses países”, pondera.

Segundo o presidente da Fiesp, para que o Brasil alcance a zona de competitividade, ou seja, uma posição onde tenha igualdade de condições com países diretamente concorrentes no mercado internacional, seria necessária uma redução média na conta de luz de pelo menos 35%.

Cláudio Sales, presidente do Instituto Acende Brasil, questiona como um bem essencial, como a energia elétrica, pode ter uma carga tributária ainda mais alta do que a carga tributária média do Brasil. “Não estamos fa-

lando de um produto supérfluo, que o consumidor tem a prerrogativa de não consumir ou possa consumir de um concorrente”, revolta-se.

De acordo com o executivo, apenas um imposto federal, o PIS/COFINS, responde sozinho por mais de 8% da conta de energia elétrica. “Durante a campanha política de 2010, a própria presidente da República anunciou publicamente que ia retirá-lo da conta de luz”, cobra Cláudio Sales.

O executivo disse também que o governo federal deveria chamar os estados para discutir a redução do ICMS, que na média responde por 21% da conta de luz. Sales não aceita o argumento dos estados de que perderiam arrecadação por conta de uma possível redução do ICMS que incide sobre esse serviço.

Ele destaca que o dinheiro que eventualmente deixar ser pago na conta de luz não vai ‘desaparecer’, mas sim destinado ao consumo de outros bens

e serviços, que por sua vez também gerarão impostos. “Portanto, os estados não teriam perda arrecadatória na proporção da diminuição das suas alíquotas”, acredita Sales.

No caso do consumidor empresarial, prossegue o executivo, os estados também se beneficiariam, uma vez que a redução de impostos na conta de luz poderia permitir o aumento da competitividade e da capacidade de produzir, gerar empregos e pagar impostos.

## Prorrogação das concessões mobiliza concessionárias

Também tem provocado grande mobilização no setor elétrico a autorização dada pelo governo para que as concessionárias de energia elétrica pror-

roguem antecipadamente seus contratos. Na área de geração, são 20 os contratos de concessão com prazos de vencimento entre 2015 e 2017, totalizando

22.000MW - ou 20% do parque gerador.

Em transmissão, são nove contratos, com prazos de vencimento em 2015, totalizando 85 mil quilômetros de

linhas - 67% da Rede Básica do Sistema Interligado Nacional. No segmento de distribuição são 44 contratos, com prazos de vencimentos entre 2015 e 2016, representando 35% do mercado consumidor.

A renovação poderá ser feita pelo prazo máximo de 30 anos, no caso das hidrelétricas, transmissão e distribuição, e de 20 anos, para as termelétricas.

Segundo as regras divulgadas pelo governo, a nova tarifa de energia das usinas hidrelétricas cujas concessões serão prorrogadas será composta pelos custos de operação e manutenção, pelos tributos, encargos setoriais reduzidos e pela remuneração do uso das redes de transmissão e distribuição.

O prazo para as concessionárias sinalizarem se queriam ou não renovar os contratos terminou no dia 15 de outubro. Quem não aceitou as condições estabelecidas pelo governo para a prorrogação dos contratos continuará com o direito de exploração da concessão até o seu prazo final - haverá, então, uma nova licitação.

As empresas que possuem ativos não amortizados ou não depreciados serão indenizadas - as condições deverão ser divulgadas no dia 1º de novembro.

Cláudio Sales, do Instituto Acende



Foto: Ricardo Brito/Gratu 10

Redução da conta de luz será benéfica para a indústria em geral.

Humberto Barbato | Abinee

Brasil, sustenta uma série de críticas sobre a forma "não transparente e intempestiva", segundo ele, como o governo estaria lidando com a questão das concessões, através de Medida Provisória. "Os problemas estão nos pequenos grandes detalhes, que fazem dessa MP uma ameaça enorme à sustentabilidade do setor", define.

Para começar, o dirigente diz que o governo não discutiu com o mercado antes de elaborar a referida Medida Provisória. "É o primeiro caso des-

sa relevância que deixa de ser tratado em consulta pública. Foi tudo a portas fechadas", reclama.

Cláudio Sales considera o momento que o setor está vivendo como uma "tempestade anunciada": "Há anos vínhamos falando que governo deveria regulamentar esse assunto. O que ele fez agora, de afogadilho e cheio de imperfeições, poderia ter sido tratado com mais eficiência para o País".

Sales diz que ele próprio alertou várias vezes para os efeitos negativos que estavam sendo causados no setor pela indefinição a respeito da renovação das concessões - que sempre tiveram data definida e conhecida para vencer. De acordo com ele, os recursos ficaram mais caros ou simplesmente indisponíveis, por conta das incertezas que rondavam o futuro dessas empresas.

O executivo alega também que o governo não apresentou números definitivos sobre: os ativos já amortizados ou por amortizar; a remuneração das concessionárias para o período futuro; novos investimentos que serão necessários.

O agravante, prossegue Cláudio Sales, é a questão das datas. Ele critica o fato das concessionárias terem que optar pela prorrogação ou não até o dia 15 de outubro, sem saber das condições que serão divulgadas no dia 1º de novembro. "É como assinar o casamento e só saber quem é a noiva depois de 15 dias. Isto é um absurdo. Faltaram dados para embasar uma decisão dessa natureza".

O executivo também reclama da decisão de que os bens vinculados às concessões de transmissão existentes em 31 de maio de 2000 serão considerados totalmente amortizados pela receita auferida pelas concessionárias.

"Não só antes, como depois, novos investimentos foram feitos para manter qualidade dos serviços. E todos foram aprovados e reconhecidos

## Redução do custo da energia elétrica

Efeito médio para os consumidores das distribuidoras

Grupo	Tarifa	Nível de tensão	Redução na tarifa (%)
<b>A</b> Alta Tensão	A1	230kV ou mais	28,0
	A2	88 a 138kV	24,7
	A3	69kV	21,5
	A3a	30 a 44kV	20,0
	A4	2,3 a 25kV	19,4
	AS	Subterrâneo	19,7
<b>B</b> Baixa Tensão	B	Inferior a 2,3kV	16,2
<b>MÉDIA</b>			<b>20,2</b>



Fonte: MME

Foto: Divulgação



A energia de 20% do parque gerador nacional foi colocada fora do alcance do Mercado Livre.

**Rodrigo Machado Santos** | MHM



pela Aneel. O contrato de concessão estabelece que, no caso de indenização, todos investimentos devem ser incluídos, respeitando as datas e valores dos bens que ainda não foram

amortizados. É uma arbitrariedade sem sentido o estabelecimento dessa data limite”, explica.

Sobre este ponto, especificamente, a Advocacia Geral da União (AGU)

entende que o período pelo qual aquelas empresas detiveram as concessões foi suficiente para amortizar os investimentos.

Cláudio Sales lembrou ainda da reação negativa do mercado financeiro às medidas, evidenciada pela queda significativa das ações das empresas do setor elétrico na bolsa. “Eu ouvi comentários na imprensa, e até de autoridades de governo, menosprezando esse efeito, sob alegação de que os preços na bolsa vêm e vão. Os que pensam assim têm um pensamento muito simplista e desvinculado da realidade. Ilude-se quem acha que os recursos para o setor de infraestrutura, notadamente o setor de energia, podem vir exclusivamente do bolso de governos, pres-



**Principais beneficiados**  
Grandes indústrias terão redução de até 28% na conta de energia elétrica.

cindindo do mercado de capitais, que hoje é global”, analisa.

Rodrigo Machado Santos, associado do escritório Madrona Hong Mazzuco Brandão - Sociedade de Advogados (MHM), criticou a decisão do governo de destinar a energia das usinas com concessão prorrogadas exclusivamente às distribuidoras. Para ele, isso acaba com a competição na geração e pode provocar o retorno de diversos consu-

midores para o ambiente regulado, prejudicando o Mercado Livre, que estaria numa situação delicada.

“A energia de vinte por cento do parque gerador nacional foi colocada fora do alcance do Mercado Livre. Isso implica em redução de oferta, o que deveria acarretar em aumento de preço. Só que o Mercado Livre não pode aumentar o preço, até porque a tarifa no mercado regulado será reduzida fortemente,

e eventual aumento de preços no ACL poderia afastar ainda mais os potenciais novos entrantes”, explica Santos.

Também para Rodrigo Machado Santos não houve discussão na elaboração do ‘pacote’ anunciado pelo governo para o setor elétrico. “As medidas para renovação foram feitas a portas fechadas, essa é que é a verdade”, garante.

O governo nega que tenha havido arbitrariedade nas discussões. Segundo comunicado do Ministério de Minas e Energia (MME), foi criado um Grupo de Trabalho para elaborar estudos, propor condições e sugerir critérios destinados a subsidiar definições competentes acerca da situação futura das centrais de geração hidrelétricas, das instalações de transmissão que compõem a rede básica e das instalações de distribuição amortizadas ou depreciadas.

De acordo com o Ministério, “no desenvolvimento dos trabalhos e com vistas a conhecer as expectativas dos agentes do setor elétrico, foram convidadas 12 associações representantes dos agentes setoriais e dos consumidores de energia elétrica para apresentarem suas contribuições sobre o assunto, tanto em reuniões presenciais realizadas no MME como por escrito”.

## Redução dos encargos setoriais

**CCC**

- Cessar a arrecadação
- Manter suas finalidades
- Considerar parâmetros regulatórios para as perdas

**RGR**

- Fim da cobrança para:**
- Distribuidoras
  - Novos empreendimentos de transmissão
  - Concessões prorrogadas ou licitadas

**CDE**

- Cobrança ao consumidor ficará reduzida a 25%
- Manter as destinações para Tarifa Social, Programa Luz para Todos e Carvão Mineral Nacional
- União fará aportes oriundos dos créditos que detém junto ao setor elétrico (R\$ 3,3 bilhões anuais)

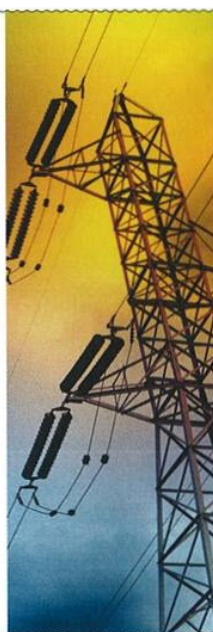


Foto: Dreamstime